

ARTIGO

## Agenda carregada no Congresso Nacional



O Congresso Nacional retomou suas atividades nesta terça-feira. De acordo com a Constituição, as atividades vão até o dia 17 de julho, quando começa o recesso do meio do ano.

Entretanto, as eleições podem, informalmente, antecipar esse recesso, dado que o período das convenções partidárias acontece entre 10 e 30 de junho. Na Câmara, o item mais importante da reabertura dos trabalhos é o projeto de lei do pré-sal que trata do regime de partilha.

Falta votar apenas um destaque, o que muda a divisão dos royalties entre as unidades da Federação. As chances de que a votação deste projeto seja concluída antes do carnaval são boas.

Na pauta do Senado está o projeto que trata do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. O texto altera a estrutura de funcionamento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Secretaria de Direito Econômico (SDE).

Porém, duas medidas provisórias trancam a pauta e precisam ser votadas antes: a MP 471/09, que concede incentivos fiscais às montadoras de veículos do Norte, Centro-Oeste e Nordeste; e a MP 469/09, que destina \$ 2,16 bilhões para o Ministério da Saúde e para o Ministério dos Transportes para o combate à gripe suína.

Porém, além dos temas já incluídos na pauta, o governo promete encaminhar ao Congresso Nacional uma série projetos, muitos deles extremamente polêmicos, ainda em 2010.

A lista é ampla e atinge os mais variados setores da economia. Recentemente, o Ministério do Trabalho concluiu proposta que trata da contratação de serviços terceirizados por empresas privadas. O texto será analisado pela Casa Civil.

O Ministério de Minas e Energia trabalha no novo marco regulatório para o setor de mineração (royalties e criação de agência reguladora), além da questão da renovação das concessões do setor elétrico. O da Agricultura, discute um marco para o setor de fertilizantes.

O presidente Lula antecipou que deve encaminhar a Consolidação das Leis Sociais e um marco regulatório para a internet. Também se fala que governo

## Blog do Noblat – 04/02/2010

federal deverá, ainda no primeiro semestre de 2010, enviar ao Congresso projeto sobre direito autoral, que substituirá a atual Lei 9.610/98.

Isso sem falar no Plano Nacional de Direitos Humanos, que propõe a elaboração de 27 leis sobre os mais variados temas. Vai da revisão da Lei de Anistia à taxação de grandes fortunas, passando por questões ligadas ao homossexualismo, agronegócio, planos de saúde e liberdade de imprensa.

Evidentemente, as eleições de outubro devem restringir a atividade parlamentar ao primeiro semestre, tanto pela questão da dedicação de tempo dos congressistas, quanto pela disputa política, muito mais comum em ano eleitoral.

E a agenda sob análise dos parlamentares já está bastante carregada. Pré-sal, agências reguladoras, cadastro positivo, mudança no sistema brasileiro de defesa da concorrência, entre muitos outros.

Há ainda a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento, que chegam ao Congresso em abril e agosto, respectivamente.

Por fim, além da exigüidade do tempo, muitas das matérias elencadas têm um amplo potencial para causar polêmica. Considerando que o software da política brasileira é a busca incessante pelo consenso, o resultado deverá ser muito aquém do desejado.

Em especial, pelo ano eleitoral.

**Murillo de Aragão** *é cientista político*

Siga o **[blog do Noblat no twitter](#)**

**[Receba este blog](#)**

**[Permalink](#)**

**[Envie](#)**

- Compartilhe:
- **[Del.icio.us](#)**
- **[Digg](#)**
- **[Technorati](#)**
- **[Stumble Upon!](#)**

**[Comente](#)** **[Ler comentários \(2\)](#)**